





#### **PROCURADORIA**

## PROCURADORIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 411/2024.

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL.

EMENTA: "ALTERA a Lei. 597, de 8 de junho de 2001, e dá outras providências.".

INTERESSADO: 2ª CCJR.

**PARECER** 

PROJETO DE LEI QUE ALTERA A
LEI. 597, DE 8 DE JUNHO DE 2001 INTELIGÊNCIA DO ART. 58 E ART.
80, VIII, DA LOMAN – MATÉRIA
DE INTERESSE LOCAL LEGALIDADE - TRÂMITE
REGULAR - PARECER
FAVORÁVEL.

## 1. RELATÓRIO

Veio a esta procuradoria para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 411/2024, de autoria do Executivo Municipal – Prefeito, que visa alterar o item 06 da Lei nº 597, de 08 de junho de 2001.

Justifica o Excelentíssimo Prefeito que o projeto tem por finalidade a alteração do quantitativo do número de salas de aula e endereço da E.M. Prof. Francisca Pereira de Araujo, prédio locado, 10 (dez) salas de aula, onde funcionava anteriormente na Av. Argentina, s/n - Parque das Nações, considerando o ato de criação, a Lei n. 597 de 8 de junho de 2001.









Desta forma, a unidade educacional passará a ter novo endereço, situado à Rua Padre Monteiro Noronha, n. 642 - Bairro de Flores, CEP: 69287-290, e passará a funcionar com 16 (dezesseis) salas de aula.

Foi deliberado em plenário no dia 28/08/2024.

Encaminhado para emissão de parecer no dia 30/08/2024.

É o relatório, passo a opinar.

# 2. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta-se que esta Procuradoria emite parecer de natureza opinativa, analisando apenas a constitucionalidade e a legalidade das proposituras, sem adentrar a questão de mérito.

A matéria proposta visa alterar o item 06 da Lei nº 597, de 08 de junho de 2001, passando a vigorar com a redação de acordo com o Anexo Único:

#### ANEXO ÚNICO

N° DE ORDEM	ESCOLA	Nº DE SALA	ENDEREÇO	INÍCIO
06	Escola Municipal Prof.ª	16	R. Pe. Monteiro de	2001
	Francisca Pereira de Araújo		Noronha, 642 - Flores	

Com relação à iniciativa, a Lei Orgânica do Município de Manaus estabeleceu que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe também ao Prefeito Municipal, conforme o art. 58, *in verbis*:

Art. 58. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, **ao Prefeito Municipal** e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei. (grifamos).

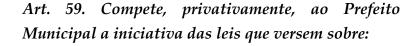








Quanto à matéria, verifica-se que esta traz reflexos na organização da Administração, nos termos do previsto nos artigos 59, IV e 80, VIII, da Lei Orgânica do Município de Manaus. Vejamos:



*I – regime jurídico dos servidores;* 

II – criação, transformação e extinção de cargos, empregos
 e funções na Administração direta e autárquica do
 Município, ou aumento de sua remuneração;

III – orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV – criação, extinção e **organização dos órgãos da Administração direta**, indireta e fundacional do Município.

Art. 80. É da competência do Prefeito:

(...);

VIII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;

*(...)* 

Assim, constata-se que a proposta atende aos requisitos legais, além de constituir matéria de interesse local, nos termos do art. 8º, I, da LOMAN, razão pela qual poderá tramitar regularmente.

### 3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 411/2024.









É o parecer.

Manaus, 02 de setembro de 2024.

**Eduardo Terço Falcão** Procurador da Câmara Municipal de Manaus

> Eyline Layanne da Silva Curico Estagiária de Direito









Documento 2024.10000.10032.9.049724 Data 24/09/2024

# TRAMITAÇÃO Documento Nº 2024.10000.10032.9.049724

**Origem** 

Unidade PROCURADORIA LEGISLATIVA Enviado por EDUARDO TERCO FALCAO Data 24/09/2024

**Destino** 

Unidade PROCURADORIA GERAL

**Despacho** 

Motivo ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS Despacho PARA DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL









# PROCURADORIA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 411/2024.

**AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL.** 

EMENTA: "ALTERA a Lei. 597, de 8 de junho de 2001, e dá outras

providências. ".

INTERESSADO: 2ª CCJR.

**Acolho**, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento do ilustre **Procurador Dr. Eduardo Terço Falcão**, com base nos seus jurídicos fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria Geral.

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL, em Manaus, 25 de setembro de 2024.

AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO Procurador-Geral Adjunto da Câmara Municipal de Manaus









Documento 2024.10000.10032.9.049724 Data 24/09/2024

# TRAMITAÇÃO Documento Nº 2024.10000.10032.9.049724

**Origem** 

Unidade PROCURADORIA GERAL Enviado por AIRLA DE LIMA PINHEIRO Data 26/09/2024

**Destino** 

Unidade 2a. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,

JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aos cuidados de KARIME PRINCIPAL DE OLIVEIRA

**RIBEIRO** 

**Despacho** 

Motivo ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS Despacho ENVIADO PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS

